

DESENVOLVIMENTISMO, CONFLITO E CONCILIAÇÃO DE INTERESSES NA POLÍTICA DE CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**Ana Karine Pereira**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB) e bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva marcou a retomada de diversos projetos de infraestrutura, cujo planejamento remonta ao período da ditadura militar (1964-1985) de forte ativismo estatal na área econômica. Dessa forma, nos últimos anos, ocorreu uma reformulação do papel do Estado brasileiro, que tem assumido uma postura atuante tanto na área social como na econômica, ao mesmo tempo em que o compromisso com a democratização ganhou destaque na agenda política.

O objetivo deste artigo é contribuir para a análise da atuação do Estado brasileiro contemporâneo, tendo como foco o estudo do encontro entre ativismo estatal e democracia. Para tanto, é realizado um estudo comparativo entre o arranjo político-institucional do passado, caracterizado por ativismo estatal e autoritarismo político, e o do presente, marcado pela democracia e pela forte presença estatal como indutor do crescimento econômico. Este estudo comparativo tem como foco uma área considerada, historicamente, como de interesse estratégico para o crescimento econômico do país: a oferta de energia elétrica. A grande ênfase dada pelo governo, a partir da década de 1970, para a Amazônia brasileira como a região em que o Estado tem planejado a construção de grandes usinas hidrelétricas justifica a escolha do estudo de duas usinas na região: Tucuruí, concluída durante a ditadura, e Belo Monte, cuja licença de instalação foi aprovada em 2011.

A análise apresentada neste artigo pode ser dividida em duas partes. Em um primeiro momento, é feita uma comparação geral do arranjo político-institucional que organiza o processo decisório e o processo de implementação da usina de Tucuruí com a de Belo Monte. Constatou-se que, enquanto o arranjo do

passado é caracterizado pela centralidade do Executivo federal e do setor elétrico, além da pouca atenção a questões sociais ambientais; o arranjo atual é marcado pela interação entre múltiplos atores, do Estado e da sociedade civil, e interesses. Isso justifica, de certa forma, o aperfeiçoamento técnico do projeto da usina de Belo Monte ao longo do tempo e a sua maior preocupação com questões ambientais e sociais se comparado com as hidrelétricas da ditadura.

A segunda parte da análise foca na desagregação do arranjo político-institucional atual para a construção de hidrelétricas no Brasil em três fases: a fase do setor elétrico, a do Congresso Nacional e a do setor ambiental. Conclui-se que as duas primeiras fases são caracterizadas pela grande capacidade de decisão e pelo insulamento, enquanto a terceira possui baixa capacidade decisória, mas é bastante participativa. Em outras palavras, a inclusão de atores variados ocorre em um momento em que as principais decisões sobre as características da usina já foram definidas em fases anteriores. Isso explica a baixa legitimidade da usina hidrelétrica de Belo Monte. Assim, o arranjo atual é bastante eficaz na criação de oportunidades de explicitação de interesses variados e divergentes, mas apresenta pouca capacidade de processar e conciliar os conflitos provenientes da explicitação desses interesses.

A análise realizada neste artigo tem como base uma variedade de fonte de dados: no caso de Belo Monte foram estudados documentos diversos (processo de licenciamento ambiental, ações civis públicas do Ministério Público Federal, pareceres técnicos, decisões judiciais), além da entrevista a 22 atores-chave; no caso de Tucuruí, foram utilizados relatórios do World Commission on Dams.